Direito e Administração Pública: estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro. São Paulo: Atlas, 2013. 1176p.

Apresentação, ix

Parte I - Administração Pública - aspectos constitucionais e princípios, 1

1 O Veto como Condicionante da Interpretação das Leis, 3
Fernando Dias Menezes de Almeida

2 Plebiscito e Referendo sobre Matéria Administrativa, 19
Gilberto Bercovici

3 O que Melhorar no Direito Brasileiro quanto à Estrutura da Gestão Pública?, 33
Carlos Ari Sundfeld, Guilherme Jardim Jurksaitis

4 Estado, Federalismo e Gestão Democrática, 56
Dalmo de Abreu Dallari

5 Revisitando a Noção de Poder Público a partir da Teoria Geral do Direito, 72
Sérgio D'Andrea Ferreira

6 O Princípio como Fundamento no Desenvolvimento do Constitucionalismo Brasileiro: um sentido para além dos conceitos, 105
Eneida Desiree Salgado, Emerson Gabardo

7 Segurança Jurídica e Limites do Âmbito de Aplicação do Princípio da Proporcionalidade, 122
Heleno Taveira Torres

8 Direito, Segurança Jurídica e Inovação: contextos, novos paradigmas e modelagem democrática, 155
Maria Coeli Simões Pires

9 Participação Popular em Órgãos da Administração Pública: perspectivas e desafios à luz dos debates sobre as características gerais e a efetividade das instituições participativas brasileiras, 173
Fabiana Cristina Severi

10 A Indisponibilidade do Interesse Público e a Participação da Administração Pública na Conciliação, 188
Miguel Thomaz Di Pierro Junior

11 Legalidade e "Delegações Regulamentares". Algumas reflexões, 205
Fábio Pallaretti Calcini

12 Interesses Públicos Transindividuais: fronteiras contemporâneas entre o direito público e o privado e repercussões práticas nas ações coletivas, 225
Roberta Densa

Parte II - Agentes Públicos e Entidades Estatais, 247

1 O Servidor Público e o Exercício da Cidadania, 249
Fernanda Dias Menezes de Almeida

2 Nepotismo em Cargos Político-Administrativos, 260
Paulo Modesto

3 Administração Pública e a Gestão de Recursos Humanos: o agente público e a educação continuada, 299
Maria Garcia

4 Previdência Complementar do Servidor Público: uma análise preliminar e comparativa dos regimes da União Federal e dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, 314

Raul Miguel Freitas de Oliveira

5 Valoração do Merecimento para fins de Progressão na Carreira: discricionariedade?, 344
Carlos Vinícius Alves Ribeiro

6 Formação Profissional de Notários, Registradores e de seus Prepostos: dever do Estado e direito subjetivo público, 358
Luís Paulo Aliende Ribeiro

7 A Participação de Empresas Estatais no Capital de Empresas Controladas pela Iniciativa Privada: algumas reflexões, 374
Bernardo Strobel Guimarães

8 Papel do Setor Público no Desenvolvimento da Economia Brasileira, 390
Carlos Antonio Luque

Parte III - Serviços Públicos e Terceiro Setor, 405

1 Os Indivíduos e o Estado na Realização de Tarefas Públicas, 407
Almiro do Couto e Silva

2 Saneamento Básico e Sistema Tarifário - Distribuição de Competências Constitucionais, 436
Alexandre de Moraes

3 Cobrança de Tarifa pela Prestação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, 451
Marçal Justen Filho

4 O Direito à Saúde em Face da Discricionariedade Administrativa, 482
Elival da Silva Ramos

5 Organizações Sociais para a Gestão de Parques Tecnológicos, 511
Marcos Augusto Perez

Parte IV - Regulação e Polícia Administrativa, 527

1 O Poder Normativo das Agências Reguladoras na Jurisprudência do STF: mutação constitucional do princípio da legalidade?, 529
Egon Bockmann Moreira, Heloisa Conrado Caggiano

2 Guardas Municipais: fundamentos e limites de ação no espaço urbano, 548
Thiago Marrara

3 A Terceirização em Matéria de Poder de Polícia: o caso das vistorias veiculares, 567
Dora Maria de Oliveira Ramos

4 A Licença Urbanística no Direito Administrativo, 582
Edson Ricardo Saleme

5 Plano Diretor e Inconsciência Urbanística, 596
José dos Santos Carvalho Filho

6 Atividades Reguladas, Poder de Polícia e Taxas: um estudo interdisciplinar, 613
Daniela Câmara Ferreira

7 A Discricionariedade Administrativa e a Desapropriação por Interesse Social para fins de Reforma Agrária, 641
Leandro Bortoleto

8 Bem Ambiental, Livre Iniciativa e Interesse Público, 669
Daniela Liborio di Sarno

Parte V - Atos e Processos Administrativos, 683

1 Processo Administrativo como Instrumento de Segurança Jurídica, 685
Adilson Abreu Dallari

2 Processo Administrativo Eletrônico e Informação Pública. O Sistema e-MEC e o Marco Regulatório da Educação Superior, 700
Maria Paula Dallari Bucci

3 Tutela de Urgência no Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784/99): fundamentos, parâmetros e limites, 725
Shirlei Silmara de Freitas Mello

4 O Perfil Jurídico do Credenciamento, 787
Weida Zancaner

5 O Desvio de Poder em Atos Administrativos, 795
Dinorá Adelaide Musetti Grotti

6 A Praticabilidade nos Atos Administrativos, 822
Regina Helena Costa

7 Resolução Consensual de Controvérsias Administrativas: elementos para a instituição da "Conferência de Serviço" no direito brasileiro, 831
Rafael Wallbach Schwind

Parte VI - Licitações e Contratos Administrativos, 847

1 Compras Verdes e a Promoção da Sustentabilidade nas Licitações, 849
Irene Patrícia Nohara

2 Licitações Públicas e o Princípio do Desenvolvimento Sustentável: novo conceito de proposta mais vantajosa, 873
Juarez Freitas

3 A Atividade de Assessoria Jurídica no Procedimento Licitatório: fundamentos e limites, 891
Fabrício Macedo Motta

4 A Prorrogação dos Contratos de Concessão do Setor Elétrico e a Medida Provisória nº 579/2012, 903
Floriano de Azevedo Marques Neto

5 A Prorrogação dos Contratos Administrativos de Prestação de Serviços Continuados em Ano Eleitoral, 920
Luiz Carlos Figueira de Melo

6 O Procedimento da Rescisão de Contratos Administrativos e da Aplicação de Penalidades, 928
Márcia Walquiria Batista dos Santos

7 Contrato Administrativo e Princípios Constitucionais do Direito Administrativo Sancionador: prescritibilidade da pretensão punitiva, retroação da lei mais benéfica e tipicidade, 945
Romeu Felipe Bacellar Filho

8 Os Contratos Administrativos e o Tribunal de Contas, 976
Celso Antônio Bandeira de Mello

Parte VII - Controle e Responsabilidade do Estado, 987

1 A Lei de Acesso a Informações Públicas (Lei nº 12.527/11), 989
Wallace Paiva Martins Junior

2 Comentários à Lei de Acesso à Informação: contexto, desafios e polêmicas, 1015
Cristiana Fortini, Mariana Magalhães Avelar, Raquel Bastos Ferreira

3 Direito à Probidade Administrativa. A Lei da Ficha Limpa: um lento e bom caminho, mas ainda insuficiente. Uma análise comparada - Brasil - Colômbia, 1049
Marcelo Figueiredo

4 Controle Judicial da Probidade Administrativa. A culpa na língua da Constituição da República de 1988, 1069
Luis Manuel Fonseca Pires

5 O Controle da Administração Pública como Mecanismo para Evitar a Ocorrência de Danos, 1081
Ana Maria Pedreira

6 O Controle Democrático dos Meios de Comunicação Social, 1101
Vera Maria de Oliveira Nusdeo Lopes

7 A Reparação do Dano Causado pelo Estado ao Administrado, 1120
Edmir Netto de Araújo

8 Responsabilidade Civil do Estado por Omissão: uma proposta de releitura da teoria da faute du service, 1131
Daniel Wunder Hachem

9 Brevíssimas Notas sobre a Fazenda Pública em Juízo na Qualidade de Ré, 1156
Flávio Luiz Yarshell e Viviane Siqueira Rodrigues